



CONDIÇÕES GERAIS

PROTEÇÃO

FINANCEIRA



PRESTAMISTA - CAPITAL SEGURADO VINCULADO (REPRESENTANTE)

Processo SUSEP Nº: 15414.902104/2019-84

Versão 04|2023



**BNP PARIBAS
CARDIF**

A seguradora
para um mundo
em mudança

BEM-VINDO(A)



Olá,

Que alegria ter você como nosso cliente!

Antes de tudo: **parabéns por sua iniciativa em contratar o seguro Prestamista**. Isso é ser parte da construção de um futuro melhor, para você e para as próximas gerações, afinal, o seguro é um investimento; a garantia de proteção em momentos adversos. **E obrigada por ter escolhido a BNP Paribas Cardif para proporcionar esta segurança!**

Neste documento, você encontra todas as regras de contratação e utilização do produto. Por isso, a leitura é essencial.

Em caso de dúvidas em relação ao seguro contratado, fale conosco clicando [aqui](#) ou acesse <https://bnpparibascardif.com.br/>, clique em "Fale Conosco" no menu inicial, depois em "Envie um e-mail" e preencha o formulário com a sua mensagem.

ÍNDICE

1.	OBJETIVO	4
2.	DEFINIÇÕES	4
3.	COBERTURAS	6
4.	RISCOS EXCLUÍDOS	11
5.	DATA DO EVENTO	13
6.	CARÊNCIA E FRANQUIA	13
7.	INTERVALO ENTRE OCORRÊNCIAS	14
8.	CONTRATAÇÃO	14
9.	PRAZO DE ARREPENDIMENTO	14
10.	CAPITAL SEGURADO	14
11.	REINTEGRAÇÃO DO CAPITAL SEGURADO	15
12.	ATUALIZAÇÃO DE VALORES	15
13.	ACEITAÇÃO DE SEGURADOS	16
14.	VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO	16
15.	COBRANÇA E PAGAMENTO DO PRÊMIO	16
16.	CESSAÇÃO DA COBERTURA	18
17.	CANCELAMENTO	18
18.	LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS	19
19.	PAGAMENTO DE SINISTROS	20
20.	PERDA DE DIREITO À INDENIZAÇÃO	21
21.	BENEFICIÁRIO	22
22.	PRAZO DE PRESCRIÇÃO	22
23.	ÂMBITO GEOGRÁFICO	22
24.	MATERIAL DE DIVULGAÇÃO	22
25.	FORO	22
26.	DISPOSIÇÕES GERAIS	22

1. OBJETIVO

- 1.1. Este Seguro tem por objetivo amortizar ou custear, total ou parcialmente, obrigação assumida pelo Devedor, no caso de ocorrência de Sinistro coberto, indicado no Bilhete de Seguro e nas Condições Contratuais até o limite do Capital Segurado coberto e que esteja de acordo com as disposições estabelecidas nas presentes Condições Contratuais.

2. DEFINIÇÕES

- 2.1. **Acidente Pessoal** é o evento com data caracterizada, exclusivo e diretamente externo, súbito, involuntário, violento, e causador de lesão física, que, por si só e independentemente de toda e qualquer outra causa, tenha como consequência direta a morte, a incapacidade temporária ou que torne necessário tratamento médico, observando-se, que o suicídio, ou sua tentativa, será equiparado, para fins de pagamento de indenização, a acidente pessoal.
- 2.2. **Beneficiário** é(são) a(s) pessoa(s) física(s) ou jurídica(s), cedente (s) do financiamento ou serviço, à quem (às quais) deve ser paga a Indenização na hipótese de ocorrência do Sinistro.
- 2.3. **Bilhete de Seguro** é o documento emitido pela Seguradora, destinado ao segurado, que substitui a apólice de Seguro, tendo o mesmo valor jurídico da apólice e que dispensa o preenchimento da proposta de Seguro.
- 2.4. **Capital Segurado** é o valor máximo para a cobertura contratada a ser pago ou reembolsado pela Seguradora, no caso de ocorrência de Sinistro coberto pelo Bilhete de Seguro, vigente na data do evento, sendo o Capital Segurado, utilizado para estas Condições Gerais, Capital Segurado Vinculado, tendo a sua definição descrita abaixo.
- 2.5. **Capital segurado vinculado** é modalidade em que o Capital Segurado é necessariamente igual ao valor da Obrigação, sendo alterado automaticamente a cada amortização ou reajuste.
- 2.6. **Carência** é o período ininterrupto de dias, contado a partir do início de vigência de um seguro, durante o qual, na ocorrência de evento coberto, o Segurado não terá direito ao seguro e ao recebimento do capital segurado contratado.
- 2.7. **Condições Contratuais** é o conjunto de condições que regem a contratação, inclui as Condições Gerais e o Bilhete de Seguro.
- 2.8. **Contrato de Trabalho por Prazo Determinado** é contrato de trabalho que tem datas de início e término previamente combinadas entre o trabalhador e o empregador.
- 2.9. **Condições Gerais** é o conjunto de cláusulas contratuais que regem um mesmo plano de Seguro e que estabelecem direitos e obrigações da Seguradora, do Segurado e Beneficiário(s) deste Seguro.
- 2.10. **Contrato de Seguro** é o contrato firmado entre o representante de seguro e a seguradora.
- 2.11. **Corretor de Seguros** é a pessoa física ou jurídica devidamente habilitada e registrada na Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, para intermediar e promover contratos de seguros entre o Segurado e a Seguradora.
- 2.12. **Credor** é aquele a quem o devedor deve pagar o valor decorrente da obrigação contratada.
- 2.13. **Devedor** é aquele que deve pagar o valor decorrente da obrigação contratada.
- 2.14. **Evento Coberto ou risco coberto** é o acontecimento futuro e incerto ocorrido durante a vigência do seguro e passível de

- ser indenizado de acordo com a a(s) cobertura(s) contratada(s).
- 2.15. **Franquia** é o período ininterrupto de dias dentro da Vigência do Seguro, com início a partir da data da ocorrência do Sinistro, e fim determinado no Bilhete de Seguro, no qual o Segurado é responsável pelo compromisso financeiro coberto pelo Seguro que ocorrer durante o período da Franquia.
- 2.16. **Indenização** é o valor que a Seguradora efetivamente paga ao credor da obrigação ou ao segurado ou a seu(s) beneficiário(s) em decorrência de um evento coberto por este seguro, limitado ao valor do capital segurado da respectiva cobertura contratada.
- 2.17. **Início de Vigência** é a data a partir da qual as coberturas de risco propostas serão garantidas pela Seguradora.
- 2.18. **Obrigação** é o produto, serviço ou compromisso financeiro a que o seguro está atrelado, com vínculo contratual entre o credor e o devedor, que confere ao credor o direito de exigir do devedor o pagamento do valor correspondente.
- 2.19. **Período de Cobertura** é o período durante o qual o Segurado fará jus as coberturas do Seguro, mediante o pagamento do respectivo Prêmio, a contar do início de Vigência.
- 2.20. **Prêmio** é o preço do seguro, ou seja, a importância paga pelo segurado à Seguradora em contraprestação à(s) cobertura(s) contratada(s) e informado no bilhete de seguro.
- 2.21. **Pro-rata Temporis** é o significado de "proporcional ao tempo", ou seja, quando uma medição deve ser feita levando em consideração algum período, proporcional aos dias de Vigência do Contrato de Seguro.
- 2.22. **Representante de Seguro** é pessoa jurídica que assume a obrigação de promover, em caráter não eventual e sem vínculos de dependência, a realização de contrato de seguro por conta e em nome da sociedade seguradora.
- 2.23. **Riscos Excluídos** são os eventos ou acontecimentos previstos nas Condições Gerais e cobertura(s) contratada(s), que não são cobertos por este Seguro.
- 2.24. **Rescisão do Contrato de Trabalho** é o encerramento de contrato de trabalho de empregados celetistas.
- 2.25. **Rescisão do Contrato de Trabalho por Justa Causa** é o trabalhador que tem seu contrato de trabalho encerrado por iniciativa do estabelecimento empregador, a partir de algum fato comprovadamente provocado pelo empregado que motive sua dispensa.
- 2.26. **Segurado** é a pessoa física que contrata o seguro, estando exposta aos riscos previstos nas coberturas contratadas e indicadas no Bilhete de Seguro, nos termos destas Condições Gerais.
- 2.27. **Seguradora** é a Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A., Seguradora devidamente autorizada a comercializar seguros, que assume os riscos inerentes à(s) cobertura(s) contratada(s), nos termos da legislação vigente e do estabelecido nas Condições Gerais.
- 2.28. **Seguro** é uma operação pela qual a Seguradora, mediante ao pagamento do Prêmio, se obriga frente ao Segurado ao pagamento de uma Indenização, observados o disposto nas Condições Contratuais, caso aconteça o Evento Coberto.
- 2.29. **Sinistro** é a ocorrência do evento coberto durante o período de vigência do seguro.
- 2.30. **Vigência** é o período pelo qual o seguro é contratado, desde que os prêmios sejam pagos regularmente até o seu vencimento.

3. COBERTURAS

3.1. COBERTURA BÁSICA DE MORTE

3.1.1. Objetivo: Garantir ao(s) Beneficiário(s) o pagamento de uma Indenização correspondente ao valor do Capital Segurado Vinculado contratado, em caso de morte natural ou acidental do Segurado, durante a Vigência do Seguro, excetuando-se os Riscos Excluídos previstos nas Condições Contratuais, sendo a forma de pagamento e o Capital Segurado definidos no Bilhete de Seguro.

3.1.2. Elegibilidade: São elegíveis para a cobertura de Morte todas as pessoas físicas, com idade mínima de 18 (dezoito) anos e máxima de 70 (setenta) anos completos na data da contratação do Seguro, que se encontrem em plena atividade profissional e em perfeitas condições de saúde na data da respectiva contratação do Seguro, e desde que se enquadrem nas regras estabelecidas no Contrato de Seguro.

3.2. COBERTURA BÁSICA DE MORTE ACIDENTAL

3.2.1. Objetivo: Garantir ao(s) Beneficiário(s) o pagamento de uma Indenização correspondente ao valor do Capital Segurado Vinculado contratado, em caso de morte do Segurado, decorrente exclusivamente de Acidente Pessoal devidamente coberto, durante a Vigência do Seguro, excetuando-se os Riscos Excluídos previstos nas Condições Contratuais, sendo a forma de pagamento e o Capital Segurado definidos no Bilhete de Seguro.

3.2.2. Elegibilidade: São elegíveis para a cobertura de Morte Acidental todas as pessoas físicas, que possuam vínculo com o Representante de Seguros, com idade mínima de 18 (dezoito) anos e máxima de 70 (setenta) anos completos na data da contratação do Seguro, que se encontrem em plena atividade profissional e em perfeitas condições de saúde na data da

respectiva contratação do Seguro, e desde que se enquadrem nas regras estabelecidas no Contrato de Seguro.

3.3. COBERTURA ADICIONAL DE INVALIDEZ PERMANENTE TOTAL POR ACIDENTE

3.3.1. Objetivo Garantir ao(s) Beneficiário(s) o pagamento do Capital Segurado Vinculado contratado, caso o Segurado venha a ficar total e permanentemente inválido em decorrência direta e exclusiva de acidente coberto durante a Vigência do Seguro, excetuando-se os Riscos Excluídos previstos nas Condições Contratuais, sendo a forma de pagamento e o Capital Segurado definidos no Bilhete de Seguro.

3.3.2. Para fins desta cobertura, a Invalidez Permanente Total por Acidente será caracterizada após a constatação da:

- a) Perda total da visão de ambos os olhos;
- b) Perda total do uso de ambos os braços;
- c) Perda total do uso de ambas as pernas;
- d) Perda total do uso de ambas as mãos;
- e) Perda total do uso de um braço e uma perna;
- f) Perda total do uso de uma das mãos e de um dos pés;
- g) Perda total do uso de ambos os pés;
- h) Alienação mental total e incurável; e
- i) Nefrectomia bilateral.

3.3.3. Após conclusão do tratamento, ou esgotados os recursos terapêuticos disponíveis para recuperação, sendo constatada e avaliada em caráter definitivo a invalidez permanente total, a Seguradora pagará uma Indenização, de acordo com os percentuais estabelecidos no Bilhete de Seguro.

3.3.4. A Invalidez Permanente será avaliada e declarada pela assessoria médica da Seguradora, devendo o Segurado apresentar todos os exames realizados que comprovem a Invalidez Permanente Total causada por Acidente Pessoal.

- 3.3.5. A aposentadoria por invalidez concedida por instituições oficiais de previdência social, assim como por órgãos do poder público e por outras instituições público-privadas, não caracteriza, por si só, o estado de invalidez permanente.
- 3.3.6. Para efeito de Indenização, a perda ou maior redução funcional de um membro ou órgão já defeituoso antes do Acidente Pessoal, deve ser deduzida do grau de invalidez definitiva.
- 3.3.7. No caso de divergências sobre a causa, natureza ou extensão das lesões, bem como a avaliação da Incapacidade relacionada ao Segurado, a Seguradora deverá propor ao Segurado, por meio de correspondência escrita, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da contestação, a constituição de uma junta médica constituída por 3 (três) membros, sendo um nomeado pela Seguradora, outro pelo Segurado e um terceiro, desempatador, escolhido pelos dois nomeados. Cada uma das partes pagará os honorários do médico que tiver designado; os do terceiro serão pagos, em partes iguais, pelo Segurado e pela Seguradora. O prazo para a constituição da junta médica será de, no máximo, 15 (quinze) dias a contar da data da indicação do membro nomeado pelo Segurado.
- 3.3.8. Caso a Invalidez Permanente Total por Acidente não seja comprovada, o Seguro continuará em vigor, observadas as demais cláusulas das Condições Contratuais e do Bilhete de Seguro, sem qualquer devolução de Prêmio.
- 3.3.9. Elegibilidade: Para a cobertura por Invalidez Permanente Total por Acidente todas as pessoas físicas, a Seguradora levou em consideração nos seus cálculos atuariais a idade mínima de 18 (dezoito) anos e máxima de 70 (setenta) anos completos na data da contratação do Seguro, que se encontre em plena atividade profissional e em perfeitas condições de saúde na data da respectiva contratação do Seguro, e desde que se enquadrem nas regras estabelecidas no Contrato de Seguro.
- 3.4. **COBERTURA ADICIONAL DE INVALIDEZ FUNCIONAL PERMANENTE TOTAL POR DOENÇA**
- 3.4.1. Objetivo: Garante o pagamento do Capital Segurado Vinculado contratado ao Beneficiário, em caso de Invalidez Funcional Permanente e Total por Doença, caracterizando a perda da existência independente do Segurado, durante a Vigência do Seguro, excetuando-se os Riscos Excluídos previstos nas Condições Contratuais, sendo a forma de pagamento e o Capital Segurado definidos no Bilhete de Seguro.
- 3.4.2. A Perda da Existência Independente será caracterizada pela ocorrência de quadro clínico incapacitante, decorrente de Doença, que inviabilize de forma irreversível o pleno exercício das relações autônomas do Segurado.
- 3.4.3. Para fins desta cobertura, consideram-se como Riscos Cobertos a ocorrência comprovada, segundo critérios vigentes à época da regulação do Sinistro e adotados pela classe médica especializada, de um dos seguintes Quadros Clínicos Incapacitantes provenientes exclusivamente de Doença:
- Doenças cardiovasculares crônicas enquadradas sob o conceito de "cardiopatia grave";
 - Doenças neoplásicas malignas ativas, sem prognósticos evolutivo e terapêutico favoráveis, que não mais estejam inseridas em planos de tratamento direcionados à cura e ou ao controle clínico;
 - Doenças crônicas de caráter progressivo, apresentando disfunções e ou insuficiências orgânicas avançadas, com repercussões em órgãos vitais (consumpção), sem prognóstico terapêutico favorável e que não mais

- estejam inseridas em planos de tratamento direcionados à cura e ou ao seu controle clínico;
- d) Alienação mental total e permanente, com perda das funções cognitivas superiores (cognição), única e exclusivamente em decorrência de Doença;
- e) Doenças manifestas no sistema nervoso com sequelas encefálicas e ou medulares que acarretem repercussões deficitárias na totalidade de algum órgão vital e ou sentido de orientação e ou das funções de dois membros, em grau máximo;
- f) Doenças do aparelho locomotor, de caráter degenerativo, com total e definitivo impedimento da capacidade de transferência corporal;
- g) Deficiência visual, decorrente de Doença:
g1) Cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica;
g2) Baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica;
g3) Casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°;
g4) Ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.
- h) Doença evoluída sob um estágio clínico que possa ser considerado como terminal (Doença em estágio terminal), desde que atestado por profissional legalmente habilitado.
- i) Estados mórbidos, decorrentes de Doença, a seguir relacionados:
i1) Perda completa e definitiva da totalidade das funções de dois membros;
i2) Perda completa e definitiva da totalidade das funções das duas mãos ou de dois pés;
i3) Perda completa e definitiva da totalidade das funções de uma das mãos associada à de um dos pés.
- 3.4.4. Após conclusão do tratamento, ou esgotados os recursos terapêuticos disponíveis para recuperação, sendo constatada e avaliada em caráter definitivo a Perda da Existência Independente do Segurado, decorrente de Doença, a Seguradora pagará uma Indenização.
- 3.4.5. A Invalidez Funcional Permanente Total causada por Doença deve ser comprovada através de Declaração Médica contendo informações e registros médicos que comprovem o momento temporal exato do atingimento de um estágio de Doença que se enquadre em Quadro Clínico Incapacitante.
- 3.4.6. A Invalidez Permanente será avaliada e declarada pela assessoria médica da Seguradora, devendo o Segurado apresentar todos os exames realizados que comprovem a Invalidez Funcional Permanente Total causada por Doença.
- 3.4.7. A aposentadoria por invalidez concedida por instituições oficiais de previdência social, assim como por órgãos do poder público e por outras instituições público-privadas, não caracteriza, por si só, Quadro Clínico Incapacitante que comprove a Invalidez Funcional Permanente e Total por Doença.
- 3.4.8. A Seguradora reserva-se o direito de não considerar quadros clínicos certificados por perícias e ou juntas médicas que se baseiem na caracterização da Incapacidade de natureza profissional como medida para oficialização de afastamentos laborativos, assim como quaisquer outros resultados que sejam subsidiados por elementos médicos característicos apenas de graus de Incapacidade parcial.
- 3.4.9. No caso de divergências sobre a causa, natureza ou avaliação do estado de Invalidez Funcional Permanente e Total por Doença, a Seguradora deverá propor ao Segurado, por meio de correspondência escrita, dentro do prazo

de 15 dias, a contar da data da contestação, a constituição de uma junta médica composta por 3 (três) membros, sendo um nomeado pela Seguradora, outro pelo Segurado e um terceiro, desempatedor, escolhido pelos dois nomeados. Cada uma das partes pagará os honorários do médico designado; os do terceiro serão pagos, em partes iguais, pelo Segurado e pela Seguradora. O prazo para a constituição da junta médica será de, no máximo, 15 (quinze) dias a contar da data da indicação do membro nomeado pelo Segurado.

3.4.10. As despesas efetuadas com a legitimação da Invalidez Funcional Permanente e Total por Doença são de responsabilidade do próprio Segurado, salvo aquelas realizadas diretamente pela Seguradora, com a finalidade de esclarecer circunstâncias sobre o Quadro Clínico Incapacitante. As providências que a Seguradora tomar, visando esclarecer as circunstâncias do Sinistro, não constituem ato de reconhecimento da Obrigação de pagamento do Capital Segurado.

3.4.11. Desde que efetivamente comprovada, por ser o Capital Segurado da cobertura de Invalidez Funcional Permanente e Total por Doença igual a 100% do Capital Segurado da cobertura básica de morte, seu pagamento extingue, imediata e automaticamente, a cobertura para o caso de morte, bem como o presente Seguro. Nessa hipótese, os Prêmios eventualmente pagos após a data do requerimento de pagamento do Capital Segurado serão devolvidos, atualizados monetariamente.

3.4.12. Não restando comprovada a Invalidez Funcional Permanente e Total por Doença, o Seguro continuará em vigor, observadas as demais cláusulas das Condições Gerais e do Bilhete de Seguro, sem qualquer devolução de Prêmios.

3.4.13. Caso reconhecida a invalidez funcional, pela Seguradora, a Indenização será paga conforme estabelecido no Contrato de Seguro.

3.4.14. Elegibilidade: São elegíveis para a cobertura de Invalidez Funcional Permanente Total por Doença todas as pessoas físicas, que possuam vínculo com o Representante de Seguros, com idade mínima de 18 (dezoito) anos e máxima de 70 (setenta) anos completos na data da contratação do Seguro, que se encontrem em plena atividade profissional e em perfeitas condições de saúde na data da respectiva contratação do Seguro, e desde que se enquadrem nas regras estabelecidas no Contrato de Seguro.

3.5. COBERTURA ADICIONAL DE DESEMPREGO INVOLUNTÁRIO

3.5.1. Objetivo: Garantir ao(s) Beneficiário(s) o pagamento de uma Indenização correspondente ao valor do Capital Segurado Vinculado contratado, em caso de Desemprego Involuntário, durante a Vigência do Seguro, excetuando-se os Riscos Excluídos previstos nas Condições Contratuais, sendo a forma de pagamento e o Capital Segurado definidos no Bilhete de Seguro.

3.5.2. Desemprego Involuntário: Como perda involuntária de emprego entende-se o trabalhador Segurado que ficar desempregado involuntariamente, desde que a demissão não tenha sido por justa causa, ficando sem receber remuneração alguma pela prestação de um trabalho pessoal para algum empregador.

3.5.3. Elegibilidade: São elegíveis para a cobertura de Desemprego Involuntário todas as pessoas físicas, que possuam vínculo com o Representante de Seguros, com idade mínima de 18 (dezoito) anos e máxima de 70 (setenta) anos completos na data da contratação do Seguro, que possuam vínculo empregatício, com carteira de trabalho assinada em

conformidade com a Consolidação das Leis do Trabalho, comprovando um período mínimo de 12 (doze) meses de trabalho ininterrupto para o mesmo empregador, com uma jornada de trabalho mínima de 30 (trinta) horas semanais, e desde que se enquadrem nas regras estabelecidas no Contrato de Seguro.

3.6. COBERTURA ADICIONAL DE INCAPACIDADE FÍSICA TOTAL E TEMPORÁRIA

- 3.6.1. Objetivo: Garantir ao(s) Beneficiário(s) o pagamento de uma Indenização correspondente ao valor do Capital Segurado Vinculado contratado, em caso de Incapacidade Física Total e Temporária, durante a Vigência do Seguro, excetuando-se os Riscos Excluídos previstos nas Condições Contratuais, sendo a forma de pagamento e o Capital Segurado definidos no Bilhete de Seguro.
- 3.6.2. Incapacidade Física Total e Temporária: Esta cobertura garante ao Segurado o pagamento de uma Indenização correspondente ao valor do Capital Segurado Contratado, em decorrência de acidente ou doença que impossibilite, de forma contínua e ininterrupta, o Segurado de exercer a sua profissão ou ocupação por um período determinado, superior a 15 (quinze) dias consecutivos.
- 3.6.3. O tempo previsto de Incapacidade deverá ser comprovado através de relatório médico emitido por profissional legalmente habilitado (médico) e exames que comprovem a Incapacidade física total e temporária.
- 3.6.4. Elegibilidade: São elegíveis para a cobertura de Incapacidade Física Total e Temporária as pessoas físicas, profissionais liberais ou autônomos, com idade mínima de 18 (dezoito) anos e máxima de 70 (setenta) anos completos na data da contratação do Seguro, e que se encontrem em plena atividade

profissional e em perfeitas condições de saúde na data da respectiva contratação do Seguro, e que se enquadrem nas regras estabelecidas no Contrato de Seguro.

- 3.6.5. Após um evento de Incapacidade Física Total Temporária, onde o Segurado tenha sido indenizado, somente após 6 (seis) meses, a contar da data do término da incapacidade constatada, é que o Segurado estará elegível à Indenização de um novo evento, desde que o novo evento não seja decorrente de Doença ou acidente do evento anterior, de Incapacidade Física Temporária.

3.7. CONJUNÇÃO DE COBERTURAS

- 3.7.1. As coberturas adicionais (Invalidez Permanente Total por Acidente, Invalidez Funcional Permanente e Total por Doença, Desemprego Involuntário e Incapacidade Física Total e Temporária) não poderão ser contratadas isoladamente, sendo necessária a contratação da cobertura básica de Morte ou da cobertura básica de Morte Acidental em conjunto com qualquer uma das coberturas adicionais.
- 3.7.2. A Cobertura Adicional de Invalidez Funcional Permanente total por Doença somente poderá ser contratada em conjunto com a Cobertura Adicional de Invalidez Permanente Total por Acidente.
- 3.7.3. A Cobertura Básica de Morte, Cobertura Básica de Morte Acidental, Cobertura Adicional de Invalidez Permanente Total por Acidente e a Cobertura Adicional invalidez Funcional Permanente Total por Doença não se acumulam.
- 3.7.4. No caso da ocorrência de Sinistro da Cobertura Básica de Morte, da Cobertura Básica de Morte Acidental ou para as Coberturas Adicionais de Invalidez Permanente, ocorrerá automaticamente à cessação do Bilhete de Seguro.

4. RISCOS EXCLUÍDOS

4.1. Estão expressamente excluídos de todas as coberturas presentes nessas condições gerais, os eventos ocorridos em consequência direta ou indireta de e/ou em consequência de:

- a) Uso de material nuclear para quaisquer fins, incluindo explosão nuclear provocada ou não, bem como a contaminação radioativa ou exposição a radiações nucleares ou ionizantes;
- b) Atos ou operações de guerra, declarada ou não, de guerra química e/ou bacteriológica, de guerra civil, de guerrilha, de revolução, agitação, motim, revolta, sedição, sublevação ou outras perturbações da ordem pública e dela decorrentes, exceto a prática de serviço militar ou de atos de humanidade em auxílio de outrem;
- c) Atos de hostilidade ou de guerra declarada ou não, de treinamento militar, operações bélicas, de revoltas populares, greves, comoção social, tumultos, arruaças, lock-out, sabotagem vandalismo, terrorismo, sedição, rebelião, insurreição, revolução, motim, confisco, nacionalização, destruição ou requisição decorrentes de qualquer ato de autoridade de fato ou de direito, civil ou militar, e, em geral, todo ou qualquer ato ou cujas atividades visem a derrubar pela força o governo ou instigar a sua queda, pela perturbação de ordem política e social do país, por meio de guerra revolucionária, subversão e guerrilhas, e, ainda, atos terroristas, cabendo à Seguradora, neste caso, comprovar com documentação hábil, acompanhada de laudo circunstanciado que caracterize a natureza do atentado, independentemente de seu propósito e desde que tenha sido devidamente reconhecido como atentatório à ordem pública pela autoridade pública competente;
- d) Danos materiais, corporais e morais causados a terceiros em qualquer situação;
- e) Atos ilícitos dolosos ou por culpa grave equiparável ao dolo praticados, pelo(s) segurado(s) beneficiário(s) ou pelo representante de um ou de outro, conforme Art. 762 do Código Civil, bem como os

danos causados por atos ilícitos dolosos praticados pelos sócios controladores, dirigentes e administradores, seus beneficiários e respectivas pessoas ligadas ao representante de seguro;

- f) Lesão premeditada auto infligida, de suicídio ou tentativa de suicídio quando ocorrido dentro dos primeiros dois anos de Vigência do Bilhete de Seguro.
- g) Furacões, ciclones, terremotos, maremotos, erupções vulcânicas e outras convulsões da natureza;
- h) Epidemias e pandemias somente quando declaradas por órgão competente.
- i) Ato terrorista, cabendo à Seguradora comprovar com documentação hábil, acompanhada de laudo circunstanciado que caracterize a natureza do atentado, independentemente de seu propósito, e desde que este tenha sido devidamente reconhecido como atentatório à ordem pública pela autoridade competente;
- j) Tratamentos estéticos, bem como cirurgia(s) e período(s) de convalescença a ele relacionados;
- k) Participação do Segurado em competições ilegais em aeronaves, embarcações e veículos a motor, inclusive treinos preparatórios.
- l) Acidentes, doenças ou lesões, bem como suas consequências, preexistentes à adesão do Segurado no presente seguro ou da alteração do capital segurado contratado originalmente, entendendo-se como tais àquelas de conhecimento do Segurado e não declaradas no momento da adesão.

4.2. Além dos riscos mencionados no subitem 4.1, estarão excluídos da Cobertura de Morte os eventos ocorridos em consequência de:

- a) Viagens em aeronaves ou embarcações:
 - Que não possuam autorização em vigor das autoridades competentes para voar ou navegar;
 - Que, sendo oficiais militares, não estejam prestando o serviço militar;
 - Dirigidas por pilotos não legalmente habilitados.

4.3. Além dos riscos mencionados no subitem 4.1, estarão excluídos da Cobertura Básica de Morte Acidental os eventos ocorridos em consequência de:

- a) Consequências advindas de tratamento ou exames médicos clínicos, cirúrgicos ou por equipamentos quando tais procedimentos não forem resultantes de acidentes cobertos.
- b) Viagens em aeronaves ou embarcações:
 - Que não possuam autorização em vigor das autoridades competentes para voar ou navegar;
 - Que, sendo oficiais militares, não estejam prestando o serviço militar;
 - Dirigidas por pilotos não legalmente habilitados.

4.4. Além dos riscos mencionados no subitem 4.1, estarão excluídos da cobertura de Invalidez Permanente Total por Acidente os eventos ocorridos em consequência de:

- a) Qualquer tipo de hérnia, e suas consequências, salvo se decorrente de Acidente Pessoal coberto;
- b) Parto ou aborto, e suas consequências salvo se decorrente de Acidente Pessoal coberto;
- c) O choque anafilático, e suas consequências, salvo se decorrente de Acidente Pessoal coberto;
- d) As intercorrências ou complicações consequentes da realização de exames, tratamentos médicos, clínicos e/ou cirúrgicos, salvo se decorrente de Acidente Pessoal coberto.

4.5. Além dos riscos mencionados no subitem 4.1, estarão excluídos da cobertura de Invalidez Funcional Permanente Total por Doença, ainda que resultando em quadro clínico incapacitante que inviabilize de forma irreversível o pleno exercício das funções autonômicas do Segurado, com perda da sua existência independente, os abaixo especificados:

- a) A perda, a redução ou a impotência funcional definitiva, total ou parcial, de um ou mais membros, órgãos e ou sistemas orgânicos corporais, em decorrência, direta e ou indiretamente, de lesão física e ou psíquica causada por Acidente Pessoal;

- b) Os quadros clínicos decorrentes de Doenças ocupacionais, incluídas as profissionais e as do trabalho, de qualquer origem causal;
- c) A Doença cuja evolução natural tenha sido agravada por traumatismo;
- d) A Doença cuja causa possa guardar alguma relação de causa e efeito, direta ou indireta, em qualquer expressão, com atividade laborativa exercida pelo Segurado, em qualquer tempo progresso;

4.6. ALÉM DOS RISCOS MENCIONADOS NO SUBITEM 4.1, ESTARÃO EXCLUÍDOS DA COBERTURA DE DESEMPREGO INVOLUNTÁRIO OS ABAIXO ESPECIFICADOS

- a) Renúncia ou pedido de demissão voluntária do trabalho;
- b) Demissão por justa causa do trabalhador Segurado;
- c) Jubilação, pensão ou aposentadoria do trabalhador Segurado;
- d) Programas de demissão voluntária (PDV), incentivados pelo empregador do Segurado;
- e) Estágios e contratos de trabalho temporário em geral;
- f) Funcionários que tenham cargo de eleição pública, e que não forem regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, incluindo-se assessores, e outros de nomeação em Diário Oficial;
- g) Falência;
- h) Campanhas de demissões em massa. Para fins de aplicação deste Seguro, considera-se demissão em massa o caso de empresas que demitam mais de 10% (dez por cento) de seu quadro de pessoal no mesmo mês;
- i) Demissões decorrentes do encerramento das atividades do empregador;
- j) Quando o vínculo empregatício entre empregado (Segurado) e empregador (proprietário ou sócio da empresa empregadora) apresentar relação de parentesco envolvendo cônjuge, avós, netos, pais, filhos, irmãos, sobrinhos, tios ou cunhados;
- k) Rescisão de contrato de trabalho por comum acordo, quando ocorre o acordo entre empregador e empregado para a extinção do contrato de trabalho;
- l) Perda de vínculo empregatício do Segurado, nos casos de nova solicitação de Indenização, quando o empregador atual for o mesmo empregador da ocorrência anterior

- (em caso de demissão e recontração e futura demissão por um mesmo empregador);
- m) Desemprego ocorrido dentro do período de Carência estabelecido no Contrato de Seguro;
- n) Perda de vínculo empregatício do Segurados, quando houver mais de um vínculo empregatício do Segurado no mesmo período;
- o) Transferências entre empresas, decorrentes de fusões, aquisições e/ou parcerias;
- p) As rescisões do contrato de trabalho decorrentes do encerramento do Contrato de Trabalho por Prazo Determinado;

4.6. Além dos riscos mencionados no subitem 4.1, estarão excluídos da cobertura de Incapacidade Física Total e Temporária os eventos ocorridos em consequência de:

- a) Qualquer tipo de hérnia, e suas consequências, salvo se decorrente de Acidente Pessoal coberto;
- b) O choque anafilático, e suas consequências, salvo se decorrente de Acidente Pessoal coberto;
- c) Cirurgias plásticas, exceto aquelas com finalidade comprovadamente restauradora de função diretamente afetada por eventos cobertos pelo Seguro;
- d) Tratamento para obesidade em suas várias modalidades;
- e) Procedimentos não previstos no Código Brasileiro de Ética Médica e os não reconhecidos pelo Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina e Farmácia;
- f) Distúrbios e/ou Doenças psiquiátricas, exceto eventos decorrentes de atos praticados pelo segurado em estado de insanidade mental, de embriaguez ou sob efeito de substâncias tóxicas; Afastamentos decorrentes de um mesmo evento que já tenha sido indenizado pelo Bilhete de Seguro vigente;
- g) Os profissionais da economia informal, que não sejam profissionais liberais e/ou autônomos regulamentados, não tendo, portanto, como comprovar uma atividade remunerada regular;
- h) Lesões causadas por esforços repetitivos (L.E.R.) e distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (D.O.R.T.);
- i) A hospitalização para "check-up", gravidez e suas consequências;

- j) Os tratamentos dentários ou as intervenções médico-bucal por razões reparadoras, salvo quando consequentes de acidentes;
- k) Os tratamentos fisioterápicos, exceto decorrente de Doenças neurológicas;
- l) Cirurgias plásticas exceto aquelas restauradoras decorrentes de lesões provocadas por Acidente Pessoal ocorrido após a inclusão do Segurado no Bilhete de Seguro;
- m) Tratamentos estéticos, bem como cirurgia(s) e período(s) de convalescença a ele relacionados;
- n) Tratamentos para esterilidade, fertilidade, mudança de sexo e procedimentos que visem o controle de natalidade;
- o) Trabalhador cuja relação de emprego é regida pela CLT.
- p) Diálise ou hemodiálise em pacientes crônicos e cirrose hepática;
- q) Ceratonomia (cirurgia para correção de miopia)
- r) Parto ou aborto, e suas consequências, salvo se decorrente de acidente pessoal coberto.

5. DATA DO EVENTO

- 5.1. Para efeito de determinação do capital segurado, considera-se como data do evento:
- a) Para cobertura básica de Morte, a data do falecimento.
 - b) Para cobertura adicional de Invalidez Permanente Total Por Acidente, a data do acidente.
 - c) Para cobertura adicional de Desemprego Involuntário, a data do desligamento indicada no Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho, independentemente de o aviso prévio ser cumprido ou indenizado.
 - d) Para a cobertura adicional de Incapacidade Física Total e Temporária, a data do afastamento comprovado das atividades profissionais ou ocupação, conforme consta no relatório médico.

6. CARÊNCIA E FRANQUIA

- 6.1. Quando houver, a carência e a franquia serão estabelecidas no bilhete de seguro.

- 6.2. Não haverá carência para eventos decorrentes de acidente pessoal, exceto para a hipótese de suicídio e sua tentativa ocorridos nos 2 (dois) primeiros anos a contar da adesão ao seguro.
- 6.3. A carência será contada a partir das 24 (vinte e quatro) horas do início de vigência do seguro. Não haverá prorrogação de vigência correspondente aos dias de carência.
- 6.4. A franquia será contada a partir da data de ocorrência do evento coberto.

7. INTERVALO ENTRE OCORRÊNCIAS

- 7.1. A Seguradora se reserva ao direito de estipular um intervalo entre ocorrências de Sinistro, para que em caso da ocorrência de um novo Evento Coberto, o Segurado fique elegível a solicitar o pagamento de uma nova Indenização, apenas após o prazo determinado no Contrato de Seguro, desde que o novo evento não seja decorrente de Doença ou acidente do evento anterior.
- 7.2. Quando houver, será determinado no Bilhete de Seguros e será estipulado considerando os seguintes períodos para cada cobertura:
 - Para coberturas de Morte, Morte Acidental, Invalidez Permanente Total por Acidente e Invalidez Permanente Total por Doença, não haverá intervalo entre ocorrências.
 - Para cobertura de Desemprego Involuntário, o intervalo entre ocorrências será de no mínimo 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.
 - Para cobertura de Incapacidade Física Total e Temporária, o intervalo entre ocorrências será de no mínimo 180 (cento e oitenta) dias.

8. CONTRATAÇÃO

- 8.1. A contratação do seguro é opcional, sendo facultado ao segurado o seu cancelamento a qualquer tempo, com devolução do

prêmio pago referente ao período a decorrer, se houver.

- 8.2. Este seguro é contratado por meio de emissão de Bilhete de Seguro, que poderá ser feita mediante solicitação verbal do interessado, desde que realizada de modo inequívoco, cuja comprovação caberá à seguradora.
- 8.3. É vedada a oferta do seguro como condicionante para fornecimento, por terceiro, de produto, crédito ou serviço.
- 8.4. Este Seguro está estruturado sob o regime financeiro de repartição simples, que não contempla, em qualquer hipótese, o resgate ou a devolução de prêmios pagos pelo Segurado.

9. PRAZO DE ARREPENDIMENTO

- 9.1. O segurado poderá desistir do seguro contratado no prazo de até 7 (sete) dias corridos a contar da emissão do Bilhete de Seguro, e neste caso, os valores eventualmente pagos, a qualquer título, durante este prazo, serão devolvidos, de imediato.
- 9.2. O segurado poderá exercer seu direito de arrependimento pelo mesmo meio utilizado para contratação, sem prejuízo de outros meios disponibilizados.
- 9.3. A sociedade seguradora, ou seus representantes de seguros, e o corretor de seguros habilitado, conforme for o caso, fornecerão ao segurado confirmação imediata do recebimento da manifestação de arrependimento.
- 9.4. A devolução será realizada pelo meio e forma de efetivação do pagamento do prêmio, sem prejuízo de outros meios disponibilizados pela seguradora e expressamente aceitos pelo segurado.

10. CAPITAL SEGURADO

- 10.1. A modalidade do capital segurado prevista nestas condições gerais é a de capital

segurado vinculado, ou seja: o Capital Segurado será necessariamente igual ao valor da Obrigação, sendo alterado automaticamente a cada amortização ou reajuste.

10.2. O valor máximo para a cobertura contratada a ser pago pela Seguradora, no caso de ocorrência de Sinistro coberto pelo Bilhete de Seguro, vigente na data do evento, estará descrito no Bilhete de Seguro.

10.3. O Capital Segurado será pago de forma única ou parcelada, até o limite estabelecido no Bilhete de Seguro.

10.4. De acordo com o estabelecido no Bilhete de Seguro, o Capital Segurado será:

- a) Saldo da Dívida: O Capital Segurado será equivalente ao saldo da dívida no momento da ocorrência do sinistro.
- b) Soma das Parcelas/Faturas a vencer: O Capital Segurado será obtido pela somatória das parcelas/faturas a vencer no momento da ocorrência do sinistro, limitado ao valor estabelecido no Bilhete de Seguro;
- c) Quitação Parcial ou Total das Parcelas/Faturas: O Capital Segurado no momento da ocorrência do sinistro será o valor da Parcela/Fatura devida limitado ao valor e quantidade de parcelas/faturas contratadas, desde que o Segurado permaneça na condição de sinistrado, de acordo com o estabelecido nestas condições gerais e no Bilhete de Seguro. A quitação parcial das parcelas/faturas ocorrerá quando o valor do capital segurado contratado for inferior ao valor da parcela/fatura devida.

11. REINTEGRAÇÃO DO CAPITAL SEGURADO

11.1. Para as coberturas de Morte e Invalidez Permanente Total por Acidente não haverá reintegração de capital segurado.

11.2. Para as garantias de Desemprego Involuntário e Incapacidade Física Total e Temporária, a reintegração do Capital Segurado será automática.

12. ATUALIZAÇÃO DE VALORES

12.1. Não haverá atualização monetária do Capital Segurado e do Prêmio correspondente. O Prêmio será recalculado na mesma periodicidade e proporção em que houver alteração no Capital Segurado Vinculado, ou seja, o Capital Segurado Vinculado será necessariamente igual ao valor da obrigação, sendo alterado automaticamente a cada amortização.

12.2. Para fins de atualização de pagamentos ou devoluções de prêmios, quando devidos, os valores serão atualizados pela variação positiva do IPCA/IBGE - Índice de Preços ao Consumidor Amplo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com base na última publicação oficial.

12.3. Na falta, extinção ou proibição do uso do índice definido, a atualização monetária dos valores do seguro terá por base o IPC - FIPE - Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, ou outro índice que vier a substituí-lo.

12.4. A atualização será efetuada com base na variação positiva apurada entre o último índice publicado antes da data da exigibilidade da Obrigação e aquele publicado imediatamente anterior à data de sua efetiva liquidação.

12.5. O pagamento dos valores relativos à atualização monetária e aos juros moratórios serão feitos independentemente de notificação ou interpelação judicial, de uma só vez, juntamente com os demais valores do contrato.

12.6. Para os Segurados com idade superior ao limite estabelecido nas Condições Gerais

e/ou Contrato de Seguro, não será permitido o aumento do capital contratado, prevalecendo apenas a atualização automática.

12.7. Não haverá atualização monetária dos seguintes valores:

12.7.1. Do Capital Segurado, uma vez que está proporcional ao saldo devedor, líquido de juros e correção monetária, apurado na data do Sinistro, estabelecido no ato da assinatura do compromisso assumido pelo Segurado junto ao representante.

12.7.2. Do Prêmio, pois já foi considerado no cálculo do risco, um Capital Segurado com padrão de comportamento previamente conhecido durante a vigência do crédito. Portanto, a precificação já considera um Capital Segurado médio, de acordo com a característica de cada grupo segurável.

13. ACEITAÇÃO DE SEGURADOS

13.1. A aceitação do Seguro estará sujeita à análise do risco.

14. VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO

14.1. Este Seguro é por prazo determinado tendo a sociedade Seguradora a faculdade de não renovar o Contrato de Seguro na data de vencimento, sem devolução dos Prêmios pagos nos termos da Bilhete de Seguro.

14.2. A Vigência do Seguro corresponderá ao prazo da Obrigação a que está atrelado.

14.3. O início e término de vigência do risco individual será às 24 horas (vinte e quatro) horas da data de contratação ou das datas estabelecidas no Bilhete de Seguro.

14.4. Quando a obrigação possuir data prevista de término, o prazo de vigência do seguro corresponderá ao prazo da obrigação a que está atrelado.

14.5. Não está prevista renovação automática do Bilhete de Seguro, portanto, caso o

segurado tenha interesse em permanecer com o seguro nas mesmas condições, este deverá contratar um novo seguro.

14.6. Respeitado o período correspondente ao prêmio pago, a cobertura de cada Segurado cessa automaticamente no final do prazo de Vigência do Bilhete de Seguro.

14.7. Caso o credor e o devedor repactuem o prazo original do contrato relativo à obrigação, a seguradora deverá ser formalmente comunicada, e:

14.7.1. Se houver redução do prazo original, o seguro permanecerá vigente até o término do novo prazo, sem prejuízo, se for o caso, da devolução do prêmio correspondente ao período remanescente.

14.7.2. Se houver ampliação do prazo original, a seguradora poderá se manifestar, dentro do prazo fixado na regulamentação aplicável, quanto ao interesse na extensão da vigência do seguro.

14.8. A seguradora se reserva no direito de recalcular o prêmio com base nas novas premissas compartilhadas pelo Representante de seguro.

15. COBRANÇA E PAGAMENTO DO PRÊMIO

15.1. O prêmio do seguro será determinado no Bilhete de Seguro.

15.2. As faturas terão vencimento único, mensal, bimestral, trimestral, semestral, anual ou fracionado, de acordo com o estabelecido no Bilhete de Seguro.

15.3. Quando a data limite para o pagamento do prêmio, contida no documento de cobrança, coincidir com dia em que não haja expediente bancário, o pagamento do prêmio poderá ser efetuado no 1º (primeiro) dia útil subsequente em que houver expediente bancário.

- 15.4. É garantido ao segurado, em caso de fracionamento do prêmio, quando couber a possibilidade de antecipar o pagamento de qualquer uma das parcelas, com a consequente redução proporcional dos juros.
- 15.5. Qualquer Indenização somente passa a ser devida depois que o pagamento do Prêmio houver sido realizado pelo Segurado ou Representante de Seguro, o que deve ser feito, no máximo, até a data limite prevista para esse fim no respectivo documento de cobrança.
- 15.6. O prêmio pago ao Representante de Seguro considera-se feito à Seguradora.
- 15.7. Caso o sinistro ocorra dentro do prazo de pagamento do prêmio, o direito a indenização não fica prejudicado se este for realizado ainda naquele prazo.
- 15.8. Se não houver pagamento do prêmio, a cobertura será suspensa automaticamente e somente será reabilitada a partir de 24h da data em que o segurado ou o representante de seguro realizou o pagamento. Os sinistros ocorridos durante o período de suspensão, ficarão sem cobertura.
- 15.9. Não será cobrada qualquer parcela de prêmio referente ao prazo de suspensão em caso de reabilitação da cobertura do seguro.
- 15.10. O prazo de suspensão por inadimplência poderá ser de até 90 (noventa) dias ininterruptos. Decorrido este prazo, sem a regularização do pagamento do prêmio, o seguro ficará automaticamente e de pleno direito cancelado, independentemente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba restituição de qualquer parcela do prêmio já paga.
- 15.11. Ocorrendo a reabilitação da cobertura, poderá ser exigido o cumprimento de carências e franquias, conforme definido no Bilhete de Seguro.
- 15.12. No caso de fracionamento do Prêmio e configurada a falta de pagamento de qualquer uma das parcelas subsequentes à primeira, o prazo de Vigência da cobertura será ajustado e função do Prêmio efetivamente pago, observada, no mínimo, a fração prevista na Tabela de Prazo Curto.
- 15.13. Para os percentuais não previstos na Tabela de Prazo Curto, deverão ser aplicados os percentuais imediatamente superiores.
- 15.14. A Seguradora informará ao Segurado ou seu representante legal, por meio de comunicação escrita, o novo prazo de Vigência ajustado.
- 15.15. O Prêmio fracionado deve ser pago em parcelas mensais e sucessivas.
- 15.16. Restabelecido o pagamento do Prêmio das parcelas ajustadas, acrescidas dos encargos contratualmente previstos, dentro do novo prazo de Vigência ajustada, ficará automaticamente restaurado o prazo de Vigência original do Bilhete de Seguro.
- 15.17. Não havendo restabelecimento do pagamento do Prêmio, após o fim do prazo de Vigência ajustado, a cobertura será automaticamente suspensa, e somente será reabilitada a partir das 24 (vinte e quatro) horas da data em que o Segurado retomar o pagamento do Prêmio. Os Sinistros ocorridos no período de cobertura suspensa ficarão sem cobertura, respondendo a Seguradora por todos os sinistros ocorridos exclusivamente a partir da data da reabilitação.
- 15.18. Este Seguro está estruturado sob o regime financeiro de Repartição Simples, sendo assim, não está prevista a devolução ou resgate de prêmio ao Segurado, ao Beneficiário ou ao Representante de Seguro.

16. CESSAÇÃO DA COBERTURA

16.1. Respeitado o período correspondente ao prêmio pago, a cobertura de cada segurado cessa:

- a) Automaticamente com falecimento do segurado e/ou invalidez permanente total por acidente;
- b) Automaticamente, quando do término do período de vigência do bilhete de Seguro;
- c) Quando o segurado solicitar por escrito à Seguradora sua exclusão do seguro;
- d) Quando o segurado deixar de pagar o prêmio do seguro por período superior a 90 (noventa) dias.
- e) Na hipótese de qualquer descumprimento das obrigações convencionadas no presente seguro;

17. CANCELAMENTO

17.1. O Bilhete de Seguro não poderá ser cancelado durante a sua vigência pela Seguradora sob a alegação de alteração da natureza dos riscos.

17.2. Em caso de extinção antecipada da Obrigação, o Seguro estará automaticamente cancelado, devendo a Seguradora ser formalmente comunicada, sem prejuízo, se for o caso, da devolução do Prêmio pago referente ao período de risco a decorrer.

17.3. O bilhete de seguro poderá ser cancelado, pela Seguradora, durante a vigência:

17.3.1. Na hipótese do segurado, seus representantes legais, seus prepostos ou seus beneficiários agirem com dolo, fraude ou simulação na contratação do seguro, durante sua vigência, ou ainda para obter ou para majorar a indenização, dá-se automaticamente o cancelamento do seguro, sem restituição dos prêmios, ficando a sociedade seguradora isenta de qualquer responsabilidade.

17.4. No caso de rompimento (resilição) total ou parcial do seguro, a qualquer tempo, por

iniciativa de quaisquer das partes contratantes e com a concordância recíproca, deverão ser observadas as seguintes disposições:

17.4.1. A sociedade seguradora poderá reter do prêmio recebido, além dos emolumentos, a parte proporcional ao tempo decorrido.

17.4.2. Na forma de custeio mensal do seguro, decorridos 90 (noventa) dias contados da data limite do pagamento sem que o prêmio tenha sido quitado, o seguro será cancelado, sem restituição de prêmios anteriores já pagos, e sem prejuízo à cobrança de prêmios vencidos, relativos a períodos em que houve a cobertura.

17.4.3. No caso de haver parcelas em atraso intercaladas com parcelas pagas, será considerada a 1ª (primeira) parcela em atraso para fins de determinação do período de inadimplência, independente de parcelas posteriores pagas.

17.5. É facultado ao segurado cancelar o seguro a qualquer tempo, ainda que anteriormente à extinção da obrigação.

17.6. No caso de ocorrência do sinistro de morte ou invalidez permanente total por acidente, com pagamento de 100% do capital segurado, o Bilhete de Seguro será cancelado, no momento da data da ocorrência do sinistro, com consequente devolução de valores eventualmente pagos após a data do pagamento da indenização, devidamente atualizados.

17.7. Quando adotado o fracionamento do prêmio e ocorrer o pedido de rescisão por parte do segurado, a sociedade seguradora poderá reter, no máximo, além dos emolumentos, o prêmio calculado Pro-Rata Temporis ou de acordo com a tabela de prazo curto abaixo. A seguradora é responsável pela definição do método a ser aplicado, garantindo que será o mesmo método definido anteriormente a contratação pelo segurado e devidamente descrito no bilhete de Seguro.

Percentual a ser aplicada sobre a vigência original	% do Prêmio
4,11%	13
8,22%	20
12,33%	27
16,44%	30
20,55%	37
24,66%	40
28,77%	46
32,88%	50
36,99%	56
41,10%	60
45,21%	66
49,32%	70
53,42%	73
57,53%	75
61,64%	78
65,75%	80
69,86%	83
73,97%	85
78,08%	88
82,19%	90
86,30%	93
90,41%	95
94,52%	98
100,00%	100

17.8. Para prazos de vigência que se encontram entre os percentuais descritos na tabela acima, deverá ser considerado para utilização o percentual correspondente ao prazo imediatamente superior.

18. LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS

18.1. Quando ocorrer um sinistro, o representante de seguro, o segurado ou beneficiário deverá comunicar a ocorrência à Seguradora, através do site www.acioneseuseguro.com.br ou encaminhar por meio da Caixa Postal nº 66049 CEP: 05314-970 - São Paulo/SP os seguintes documentos:

18.2. COBERTURA BÁSICA DE MORTE E MORTE ACIDENTAL:

- Cópia autenticada da Certidão de óbito;
- Cópia simples do Boletim de ocorrência policial (BO), em caso de morte acidental;
- Cópia simples do laudo de necropsia do Instituto Médico Legal (IML), em caso de morte acidental;

- Cópia simples do laudo de dosagem alcoólica/toxicológica quando indicada a sua solicitação no laudo do IML, em caso de morte acidental;
- Cópia simples da carteira de habilitação caso o Segurado tenha sido o condutor do veículo.

18.3. COBERTURA ADICIONAL DE INVALIDEZ PERMANENTE TOTAL POR ACIDENTE:

- Relatório médico original detalhando o ocorrido, e indicando o grau de invalidez;
- Exames realizados que comprovem a invalidez permanente total por acidente, original ou cópia simples;
- Cópia simples do boletim de ocorrência policial ou comunicação de acidente de trabalho, de acordo com o fato ocorrido.

18.4. COBERTURA ADICIONAL DE INVALIDEZ FUNCIONAL PERMANENTE TOTAL POR DOENÇA:

- Relatório médico original contendo:
 - o início da Doença, qualificado pela data em que esta foi efetivamente diagnosticada;
 - detalhamento do Quadro Clínico Incapacitante irreversível decorrente de disfunções e ou insuficiências permanentes em algum sistema orgânico ou segmento corporal que ocasione e justifique a inviabilidade do Pleno Exercício das Relações Autônômicas do Segurado.
- Documentos médicos que tenham embasado o diagnóstico inicial (comprobatórios do início da Doença), incluindo laudos e resultados de exames, e que confirmem a evolução do Quadro Clínico Incapacitante irreversível, nas condições previstas no item anterior

18.5. COBERTURA ADICIONAL DE DESEMPREGO INVOLUNTÁRIO:

- Cópia autenticada das seguintes páginas da Carteira de Trabalho: página da foto, página da qualificação civil, páginas das admissões e dispensas, e página posterior em branco.
 - A periodicidade em que as informações deverão ser atualizadas e reenviadas pelo Segurado será determinada em contrato e tem a finalidade de comprovar o estado de

desemprego, para continuidade do processo de Indenização.

a2) Nos Seguros que possuem Franquia, para o recebimento da primeira Indenização, a autenticação da cópia da carteira de trabalho deverá ter data superior à data do desligamento somada à quantidade de dias da Franquia, conforme estabelecido no Contrato do Seguro.

b) Cópia autenticada do termo de rescisão de Contrato de Trabalho devidamente homologado, pelo sindicato ou pelo ex-empregador, com a discriminação das verbas rescisórias.

18.6. COBERTURA ADICIONAL DE INCAPACIDADE FÍSICA TOTAL E TEMPORÁRIA

a) Relatório médico original detalhando o atendimento, diagnóstico e tratamento aplicado, bem como o tempo previsto de Incapacidade, emitido pelo profissional legalmente habilitado (médico) que atendeu o Segurado na data do evento;

b) Exames realizados que comprovem a Incapacidade física total temporária, original ou cópia simples;

c) Cópia autenticada do documento que comprove a atividade autônoma, podendo ser:

c1) Última declaração do Imposto de Renda;

c2) Recibo de Pagamento Autônomo;

c3) Carnê Leão, acrescido do documento que comprove a atividade desempenhada;

c4) Comprovante, dos últimos 3 (três) meses anteriores a data do evento, do pagamento INSS, acrescido do documento que comprove a atividade desempenhada;

c5) Inscrição na prefeitura, acrescido do último comprovante de pagamento da taxa de fiscalização de estabelecimento, paga antes da ocorrência do Sinistro.

d) Cópia simples do Boletim de ocorrência policial (BO), quando aplicável.

18.7. O pagamento de qualquer indenização decorrente do presente seguro será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de entrega de todos os documentos básicos, relacionados nesta cláusula.

18.8. A Seguradora se reserva ao direito de solicitar quaisquer outros documentos, mediante dúvida fundada e justificável. Neste caso a contagem de prazo para liquidação será suspensa, voltando a correr a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da documentação complementar pela Seguradora.

18.9. As despesas despendidas com a comprovação do sinistro e com os respectivos documentos solicitados correrão por conta do Segurado.

18.10. Qualquer direito do Segurado ou do(s) Beneficiário(s), relativos a este seguro, prescrevem nos prazos previstos em lei.

19. PAGAMENTO DE SINISTROS

19.1. Em caso de Sinistro coberto por este Seguro, deverá o Segurado comprovar satisfatoriamente a sua ocorrência, por meio dos documentos básicos listados nestas Condições, bem como esclarecidas todas as circunstâncias a ele relacionadas. Fica entendido e acordado que, mediante dúvida fundada e justificável, na dependência das necessidades de cada caso a Seguradora reserva-se o direito de solicitar outros documentos para instruir a regulação de Sinistro.

19.2. Quando a liquidação das obrigações não for efetuada dentro do prazo estabelecido no subitem 19.7., o valor será atualizado pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas (IGPM/FGV). Incidirá, adicionalmente, sobre o valor, juros de mora à taxa de 1% (um por cento) ao ano, calculada em base pro rata dia, da data da ocorrência da mora até a data da efetiva liquidação das obrigações.

19.3. Na falta, extinção ou proibição do uso do IGPM/FGV, a atualização monetária terá por base o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo).

19.4. Se comprovada a protelação injustificada do pagamento da Indenização, por meio de

sucessivas solicitações de documentos adicionais, a Seguradora deverá arcar com os encargos relacionados a mora no cumprimento das obrigações de pagamento do Segurado com o Credor.

19.5. A cobertura do Seguro se dará somente pelo Saldo da dívida, ressaltando-se que as parcelas em atraso, juros e/ou multas decorrentes de eventual inadimplência no pagamento da Obrigação por parte do Segurado não serão incorporados ao valor do Capital Segurado e conseqüentemente à Indenização a ser paga ao primeiro Beneficiário em caso de Sinistro coberto. Caso a inclusão desses itens no Capital Segurado sejam solicitados pelo Representante de Seguro ou pelo Segurado à Seguradora, o mesmo deve ser feito por escrito e ter a anuência da Seguradora.

19.6. Caso o pagamento da Indenização referente a um ou mais Segurados não extinga a Obrigação, o Seguro será mantido para os demais, relativamente à Obrigação remanescente.

19.7. No caso de divergências sobre a causa, natureza ou avaliação do estado de Invalidez Funcional Permanente e Total por Doença, a Seguradora deverá propor ao Segurado, por meio de correspondência escrita, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da contestação, a constituição de uma junta médica composta por 3 (três) membros, sendo um nomeado pela Seguradora, outro pelo Segurado e um terceiro, desempatador, escolhido pelos dois nomeados. Cada uma das partes pagará os honorários do médico designado; os do terceiro serão pagos, em partes iguais, pelo Segurado e pela Seguradora. O prazo para a constituição da junta médica será de, no máximo, 15 (quinze) dias a contar da data da indicação do membro nomeado pelo Segurado.

19.8. O Capital Segurado será apurado com base na data de ocorrência do Sinistro, para estabelecer o montante a ser pago ao Beneficiário, de acordo com o valor do Saldo Devedor.

20. PERDA DE DIREITO A INDENIZAÇÃO

20.1. Caso o Segurado, Beneficiário(s) ou seus representantes legais ou o Corretor de Seguro fizer declarações inexatas ou omitir circunstâncias que possam influir na aceitação do risco ou no valor do Prêmio, a Seguradora não realizará qualquer pagamento de Capital Segurado e terá ainda direito ao recebimento do Prêmio vencido.

20.2. O Segurado perderá o direito à indenização se houver agravamento intencional do risco ou inobservância das obrigações convencionadas neste Seguro, pelo mesmo ou seu representante legal.

20.3. Se a inexatidão ou a omissão nas declarações, não resultar de má-fé do Segurado, a Seguradora poderá:

20.3.1. Na hipótese de não ocorrência de sinistro:

- a) Cancelar o seguro, retendo, do prêmio originalmente pactuado, a parcela proporcional ao tempo decorrido; ou
- b) Mediante acordo entre as partes, permitir a continuidade do seguro, cobrando a diferença de prêmio cabível ou restringindo a cobertura contratada.

20.4. Na hipótese de ocorrência de sinistro com pagamento integral do capital segurado, cancelar o seguro após o pagamento da indenização, deduzindo, do valor a ser indenizado, a diferença do prêmio cabível.

20.5. O segurado está obrigado a comunicar à Seguradora, logo que saiba, qualquer fato suscetível de agravar o risco coberto, sob pena de perder o direito à cobertura, se ficar comprovado que silenciou de má-fé.

- a) A Seguradora, dentro do prazo de 15 (quinze) dias após o recebimento do aviso de agravação do risco, poderá comunicar ao Segurado, por escrito, a sua decisão de cancelar o seguro ou, mediante acordo entre as partes, restringir a cobertura

contratada ou cobrar a diferença de prêmio cabível;

- b) O cancelamento do seguro será eficaz 30 (trinta) dias após a notificação, e será feita a restituição da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

20.6. Também haverá perda do direito à Indenização, caso haja por parte do Segurado, seus representantes legais ou seu(s) Beneficiário(s):

- a) Inobservância das obrigações convencionadas nesse Seguro; e
b) Agravamento intencional do risco objeto do contrato.

21. BENEFICIÁRIO

21.1. O primeiro beneficiário deste seguro é o credor, a quem deverá ser paga a indenização no valor a que tem direito em decorrência da obrigação a qual o seguro está atrelado, apurado na data da ocorrência do evento coberto, limitado ao capital segurado contratado.

21.2. A diferença entre a parcela da indenização devida ao credor e o capital segurado apurado na data do evento coberto, se houver, deverá ser paga ao próprio segurado ou ao segundo beneficiário indicado, conforme dispuserem estas condições gerais.

21.3. Na falta de indicação expressa de segundo Beneficiário, ou se por qualquer motivo não prevalecer a que for feita, serão Beneficiários aqueles indicados por lei.

22. PRAZO DE PRESCRIÇÃO

22.1. Quaisquer direitos dos Segurado ou Beneficiário, com fundamento no presente Seguro, prescrevem nos prazos estabelecidos pelo Código Civil Brasileiro.

23. ÂMBITO GEOGRÁFICO

23.1. As coberturas de Desemprego Involuntário e Incapacidade Física Total Temporária

abrangem eventos ocorridos em qualquer parte do território nacional.

23.2. Para as demais coberturas o âmbito territorial é o globo terrestre.

24. MATERIAL DE DIVULGAÇÃO

24.1. A propaganda, a divulgação e a promoção do seguro por parte do representante de seguro e/ou do Corretor dependerão de prévia e expressa autorização e supervisão da Seguradora, respeitadas as condições gerais e as normas deste seguro.

25. FORO

25.1. Para dirimir quaisquer dúvidas relacionadas ao presente Seguro, fica eleito o foro do domicílio do Segurado ou do Beneficiário, conforme o caso.

26. DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. As partes se submetem às normas brasileiras do seguro.

26.2. O registro do produto é automático e não representa aprovação ou recomendação por parte da Susep; e

26.3. O segurado poderá consultar a situação cadastral do corretor de seguros e da sociedade seguradora no sítio eletrônico www.susep.gov.br.



SONHOS, FUTURO, VIDA.

Seguros protegem o essencial.
Por isso, trabalhamos para que
sejam cada vez mais acessíveis.